

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de março/2016, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório mensal de Investimentos de março/2016, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em março/2016 e 1º Trimestre e ano de 2016(janeiro, fevereiro e março/2016), definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência março/2016, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de abril de 2016, hoje), definir aplicação de valores recebidos do pagamento da 3º parcela do Parcelamento nº 00104-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 993, de 06 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e se recolhida diferença de alíquota do custo suplementar, conforme planilha que demonstra os cálculos, nos termos de orientação do Ministério da Previdência Social e comentar sobre prorrogação do prazo para entrega do DRAA 2016, passando a ser exigido a partir de 30/06/2016.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Polisel, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Comentando sobre o cenário econômico foi relatado que para a diretora gerente do Fundo Monetário Internacional – FMI, a recuperação da economia global ainda é muito lenta e frágil, diante dos riscos de desaceleração da China e do fraco crescimento nos países em desenvolvimento. A boa notícia é que a recuperação é contínua, há crescimento e ausência de crise. A notícia não tão boa é que essa recuperação permanece aquém do que se esperava e estão aumentando os riscos de que ela não dure. Os inúmeros cortes nas taxas de juros e os trilhões de dólares gastos na compra de ativos foram insuficientes para estimular a inflação nas economias desenvolvidas. Os bancos centrais poderão necessitar mergulhar ainda mais fundo em território desconhecido, depois do Banco Central Europeu – BCE e o Banco do Japão, por exemplo, terem avançado na prática de taxas de juros negativas. Ou seja, dos bancos pagam para terem recursos depositados no banco central. Não basta que o dinheiro

disponível para o consumo das famílias e dos investimentos empresariais seja barato. É necessário que essas ações se materializem com a efetiva disposição em consumir e em investir. Em março, a inflação na zona do euro apresentou leve melhora, mas continuou em território negativo. Depois de ter caído 0,2% em fevereiro, o índice de preços ao consumidor recuou 0,1% em março. Só os preços da energia retrocederam 8,7%. Para reverter esse quadro e tentar mais uma vez afastar o fantasma da deflação, o BCE, em sua última reunião, adotou medidas audaciosas e inesperadas. Reduziu a sua taxa básica de juros de 0,05% para zero e reduziu a taxa de juros para depósitos bancários de -0,3% para -0,4%. Anunciou que iria oferecer empréstimos com prazo de quatro anos aos bancos comerciais, sob um arranjo que pagaria juros aos bancos por recursos que emprestem a companhias e consumidores e comunicou que expandiria suas compras de títulos do governo e outros ativos de € 60 bilhões para € 80 bilhões por mês. E também anunciou que passaria a comprar títulos empresariais, e não só governamentais, como parte do seu programa de aquisição de ativos. Ao mesmo tempo, cortou a sua projeção de inflação em 2016 de 1% para 0,1% e a de 2017 de 1,6% para 1,3%. A boa notícia da região é que a taxa de desemprego caiu para 10,3% em fevereiro, quando um ano antes foi de 11,2%. A terceira revisão da evolução da atividade econômica americana, no quarto trimestre de 2015, divulgada pelo Departamento de Comércio, mostrou que o Produto Interno Bruto – PIB, cresceu a uma taxa anual de 1,4%, depois de avançar 2% no trimestre anterior e de 2,4%, no ano, a mesma taxa registrada em 2 de 6 2014. Os economistas esperavam uma alta de 1% no quarto trimestre. Essa expansão decorreu de um ritmo mais forte dos gastos dos consumidores, que respondem por mais de dois terços da atividade econômica dos EUA. Eles cresceram 2,4% contra 2% divulgado na segunda revisão. Em março, o indicador da atividade industrial teve expansão, pela primeira vez desde agosto de 2015, e o da confiança dos consumidores aumentou mais que o previsto. Já a criação de vagas no mercado de trabalho não-rural, também cresceu mais que a estimativa. O mercado esperava que fossem abertos 210 mil novos postos de trabalho, quando na realidade foram abertos 215 mil. Principalmente no comércio varejista, na construção civil e no setor de saúde. Por sua vez, a taxa de desemprego subiu de 4,9% para 5%, na medida em que mais pessoas passaram a procurar emprego. Em sua reunião no dia 16 de março, o comitê de política monetária do banco central dos EUA, o FED, decidiu manter a taxa básica de juros ente 0,25% e 0,50%, dada a preocupação com os riscos de desaceleração da atividade econômica global, que autorizaram a postura cautelosa da autoridade monetária. ÁSIA Conforme o XIII Plano Quinquenal 2016-2020, divulgado perante a Assembleia Nacional Popular, logo no início de março, o governo chinês espera um crescimento do PIB entre 6,5% e 7% em 2016, e que ele atinja US\$ 13,8 trilhões em 2020. Ao final do ano passado estava situado em US\$ 10,3 trilhões. O país enfrenta importantes desafios. O de transformar o seu padrão de crescimento, quantitativa e qualitativamente. O da forma de gerir, de maneira relativamente suave, a desaceleração inevitável, de uma economia que já chegou a crescer quase vinte por cento ao ano. O de como administrar a relação da China com a economia mundial e de como gerir a evolução política interna do país. No encontro, foi também enfatizada a necessidade de uma economia mais inovadora e a urgência do controle da poluição

ambiental. Para o primeiro-ministro Li Keqiang, o país tem ferramentas suficientes para manter a economia estável, apesar dos problemas estruturais profundamente enraizados. Apesar da agência Standard&Poor's ter cortado a perspectiva para o rating de crédito soberano da China, de estável, para negativo, ao afirmar que agenda de reformas do governo deve avançar em ritmo mais lento que o esperado, o mercado financeiro chinês se animou com uma surpreendente recuperação da atividade industrial, em março, depois de meses de queda. No Japão, o banco central local manteve a taxa básica de juros em -0,1% e disse que vai manter o seu significativo programa de compra de ativos nos níveis atuais, mas deu uma visão pouco otimista sobre a economia, sugerindo que pode adotar mais estímulos para alcançar a meta de inflação, ainda muito baixa.

**MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL** No mês de março, podemos destacar a desvalorização do dólar perante outras moedas e uma boa alta dos principais índices de ações e também das commodities. Com a manutenção dos juros nos EUA, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento ao redor de 1,80% a.a. no final de fevereiro, terminaram março com um rendimento de 1,72% a.a. Paralelamente, o dólar interrompeu e reverteu um movimento de alta duradoura e se desvalorizou 4,6% perante o euro e 2,03% perante o yen, por exemplo. O enfraquecimento do dólar, por sua vez ensejou a alta de certas commodities, principalmente as metálicas e do petróleo, cujo tipo Brent se valorizou 5% no mês. Como as commodities são cotadas em dólar, o seu enfraquecimento, sobretudo perante o euro, propiciou o aumento de preços, como forma de compensação para os produtores. Além da manutenção dos juros nos EUA, houve também o aprofundamento dos juros negativos e a ampliação dos estímulos quantitativos, principalmente na zona do euro, o que acabou por favorecer as bolsas. Enquanto a americana (S&P 500) avançou 6,60%, a alemã 4,95%, a chinesa (SSE Composite) 11,75% e a do Japão 4,57%.

**NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA** De acordo com o indicador de atividade do Banco Central, o IBC-Br, divulgado em meados de março, a economia registrou, em janeiro, o décimo primeiro mês consecutivo de retração. Desta vez, a queda do indicador foi de 0,61%, e nos doze meses, encerrado em janeiro, a retração foi de 4,48%. Conforme o Relatório de Inflação, divulgado no último dia de março, o Banco Central previu uma queda de 3,5% para o PIB, em 2016. Se tomarmos por base a produção industrial, o quadro pode ser ainda pior. Em fevereiro ela recuou 2,5%, na comparação com o mês anterior e nos dois primeiros meses do ano já acumulou uma queda de 11,8%. Nos últimos doze meses a queda foi um pouco menor, de 9%. Já a taxa de desemprego medida através da Pnad Contínua, alcançou 9,5% no trimestre encerrado em janeiro, sendo que no anterior era de 9%. O número de pessoas desocupadas foi de 9,6 milhões. Por sua vez, a taxa de desemprego apurada através da Pesquisa Mensal de Emprego – PME, realizada em seis regiões metropolitanas do país, cresceu de 7,6% em janeiro, para 8,2% em fevereiro. Nesse mês, o rendimento real dos trabalhadores foi de R\$ 2.227,50, com uma queda de 7,5% na comparação com o ano anterior.

**SETOR PÚBLICO** O setor público consolidado (governo central mais regionais mais estatais) registrou déficit primário de R\$ 23 bilhões em fevereiro. No ano, o superávit acumulado foi de R\$ 4,9 bilhões, frente a um superávit de R\$ 4 de 6 18,8 bilhões no mesmo

período em 2015. Esse foi o pior bimestre para as contas públicas em 15 anos. Em doze meses o resultado primário foi deficitário em R\$ 125,1 bilhões (2,11% do PIB). As despesas com juros foram de R\$ 29,8 bilhões no mês, sendo que em doze meses totalizaram R\$ 513,4 bilhões (8,64% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 52,8 bilhões em fevereiro, e acumulou R\$ 638,6 bilhões em doze meses (10,75% do PIB). O déficit nominal do mês foi financiado mediante expansão de R\$ 23,9 bilhões na dívida mobiliária. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 4,01 trilhões (67,6% do PIB), elevando-se em 0,2 p.p. em relação ao mês anterior. Ainda em fevereiro, já descontada a inflação, a arrecadação do governo federal com impostos caiu 11,5%, em relação ao ano anterior, somando R\$ 87,8 bilhões.

**INFLAÇÃO** Graças à queda na tarifa de energia elétrica, o IPCA fechou o mês de março com uma variação de 0,43%, de novo, um pouco abaixo das previsões. No trimestre acumulou alta de 2,62%, e em doze meses alta de 9,39%. O índice de difusão da inflação, divulgado pelo Valor Econômico caiu, mas ainda permaneceu alto, foi de 69,4%. Os maiores aumentos de preços foram os dos alimentos e do vestuário. Já o INPC, subiu 0,44% em março e acumulou um avanço de 2,93% no ano e de 9,91% em doze meses. Por seu turno, a inflação do aluguel, medida através do IGP-M, registrou alta de 0,51% em março, acumulando um avanço de 11,56% em doze meses. Para o Banco Central, conforme o Relatório de Inflação, a previsão é de que o IPCA subirá 6,6% em 2016. É a primeira vez que, no relatório, estima o indicador acima do teto da meta que é 6,5%.

**JUROS** Em reunião realizada logo no início de março, o Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM decidiu manter inalterada a taxa Selic em 14,25% ao ano. Novamente, dois diretores foram favoráveis a um aumento de 0,5 p.p. Embora para os economistas do mercado financeiro, conforme revelou o Relatório Focus, a taxa Selic possa cair para 13,75% no final do ano, para o Banco Central, conforme revelou a ata da última reunião, não há essa possibilidade. E através do Relatório de Inflação, os seus dirigentes afirmaram que as condições atuais da economia não permitem trabalhar com a hipótese de flexibilização monetária.

**CÂMBIO E SETOR EXTERNO** A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de março cotada a R\$ 3,5589, com uma desvalorização de 10,57% no mês e acumulando uma desvalorização de 8,86% no ano, e uma 5 de 6 valorização de 9,17% em doze meses. Assim, o real foi a moeda com a segunda maior valorização global no trimestre. Em fevereiro, as transações correntes, apresentaram um déficit de US\$ 1,9 bilhão, menor rombo mensal desde agosto de 2009, acumulando em doze meses, déficit de US\$ 46,3 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 5,9 bilhões, enquanto os investimentos em renda fixa uma redução de US\$ 5,9 bilhões. O ingresso líquido em ações foi de US\$ 639 milhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 371,1 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 330,7 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em março um superávit de US\$ 4,43 bilhões. No acumulado do primeiro trimestre do ano, a Balança Comercial registrou um superávit de US\$ 8,39 bilhões.

**RENDA FIXA** Com a perspectiva do impeachment da presidente Dilma e com os rumores de uma possível queda da taxa Selic no segundo semestre do ano, dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos

compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IDkA 20A (IPCA) com 20,28% de alta, seguido do IMA-B 5+, com avanço de 8,30% e do IMA-B Total com 5,31%. No ano o melhor desempenho acumulado até março foi do IDkA 20A (IPCA) com 22,28%, seguido do IMA-B 5+ com 12,62% e do IRF-M 1+ com alta de 11,31%.

**RENTA VARIÁVEL** Para o Ibovespa, foi um mês de forte alta. Depois de ter atingido patamares muito baixos, no início do ano, o índice terminou o mês com uma valorização de 16,97%, a maior alta mensal desde outubro de 2002, acumulando em 2016 uma alta de 15,47%. Teve presença firme no mercado o investidor estrangeiro, que foi responsável por um ingresso líquido de R\$ 8,3 bilhões para a compra de ações.

**PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL** Todas as atenções estarão voltadas para a próxima reunião do comitê de política monetária do FED, no dia 27 de abril. Em recente pronunciamento, a presidente do órgão, Janet Yellen, disse que os riscos globais não deverão ter um impacto profundo sobre os Estados Unidos, mas que ainda é apropriado que o FED proceda de forma cautelosa ao elevar os juros. De acordo com a ata da reunião de março, a maioria dos membros do comitê é favorável a não elevar os juros em abril e deixá-los, pelo menos por mais um mês, na faixa atual entre 0,25% e 0,50%. No entanto, alguns 6 de 6 integrantes mostraram disposição para elevar os juros no próximo encontro, se os dados macroeconômicos seguirem na linha do crescimento moderado da atividade econômica, fortalecendo ainda mais o mercado de trabalho e com a inflação alcançando 2% no médio prazo.

**MERCADO NACIONAL** Em abril, com a votação do impeachment da presidente, os fatos políticos continuarão tendo maior destaque do que os fatos econômicos e assim, influenciando os mercados tanto de renda fixa, quanto de renda variável. No entanto, com a paralisia dos congressistas e com os investimentos privados quase que congelados, a deterioração dos fundamentos macroeconômicos, principalmente no que toca as contas do setor público, continuam se deteriorando. Mesmo que a presidente permaneça ou saia do cargo, as incertezas ainda continuarão sendo enormes. Os mercados já anteciparam uma série de fatos, no que diz respeito à política e a sua confirmação pode não trazer ganhos adicionais para os ativos de renda fixa e variável. No entanto, a não confirmação deles, pode reverter todos os ganhos recentemente obtidos. Também deve ser considerado que o próprio processo de impeachment pode não ter um desfecho rápido, se estendendo até o mês de outubro. Dessa forma, temos que nos ater aos fundamentos da economia e aguardarmos sinais mais claros no sentido de qual o melhor rumo a tomar. Assim, para a renda fixa, a recomendação é uma exposição da carteira para os vértices de médio prazo (IMA-B 5 e IDKA IPCA 2A) em no máximo 40%. Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI ou IRF-M 1, que mesmo que tenham rendimento menor que a inflação, como ocorreu em janeiro. Nas estratégias que envolvam essencialmente a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), observamos que a escassez de linhas de crédito para a produção e consumo gerou uma abertura de spread (prêmio de risco) nas operações que resultam em oportunidades interessantes para investimentos.. Na renda variável, a recomendação é uma exposição de no máximo 20% para o segmento, já incluídas alocações em fundos imobiliários - FIIs e fundos em participação –FIPs. Embora não

haja melhora nos fundamentos econômicos que justifique elevar ainda mais o risco da carteira e mesmo com as altas recentes, o investimento em ações deve ser avaliado com maior atenção, na medida em que existe a possibilidade de importantes ganhos quando as apostas mais otimistas puderem se materializar. Com essa recomendação o Comitê de Investimentos decidiu monitorar os investimentos dos vértices mais longos a fim de com cautela e atenção efetuar realocações necessárias nesse seguimento (IMA-B e IMA-GERAL). Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de março/2016** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de março/2016, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. Continuando foi **distribuído, relatado e avaliado o Relatório Analítico dos Investimentos em março/2016 e 1º Trimestre e ano de 2016 (janeiro, fevereiro e março/2016), cujo conteúdo foi aprovado pelos membros. Seguindo foi discutida a definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência março/2016**. Continuando relatou-se também a necessidade de **definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência março/2016 (cujo vencimento se dará em 12 de abril de 2016, hoje), descontadas as despesas administrativas e também definição da aplicação do pagamento da 3º parcela do Parcelamento nº 00104-2016 e decidir também a aplicação de pagamento da diferença de alíquota do custo suplementar se ocorrer até o final do mês de abril de 2016**. Conforme solicitação feita à consultoria Crédito & Mercado, foi dito que o ideal é alocar os recursos novos em fundos atrelados ao IMA-B 5, pois tal fundo carrega baixa volatilidade e constitui uma alternativa mais defensiva em um cenário de juros de mercado crescentes. Tendo sido realizada pesquisa comparativa do fundo citado (IMA-B 5), foi verificado que o Fundos atrelados ao IMA-B 5 possuem menor volatilidade, sendo uma opção viável para o atual momento da economia. Sendo assim, efetuado um comparativo dos fundos atrelados ao IMA-B 5 dentre as instituições credenciadas neste Instituto de Previdência, foi verificado que o Banco do Brasil, a Caixa, o Bradesco e o Santander possuem o referido fundo. Na análise feita, conforme mostram os relatórios constantes dos arquivos de investimentos o **FUNDO SANTANDER IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA é o fundo com melhor desempenho nos 12 meses – 16,35% contra 15,86,% do FUNDO BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5, 16,05% DO FUNDO CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP E 16,12% DO FUNDO BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP**. A ação visa aplicar a estratégia onde os recursos novos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao IMA-B 5, que mesmo que tenham rendimento menor que a inflação, constituem alternativas mais defensivas em um cenário de juros de mercado crescentes. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência março/2016, cujo vencimento se dará em 12/04/2016 (hoje) e os**

**valores recebidos do pagamento da 3º parcela do Parcelamento nº 00104-2016 e de pagamento de diferença de alíquota do custo suplementar se o mesmo ocorrer até o final do mês de abril de 2016, serão aplicados no Fundo SANTANDER IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA.** Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 11 de maio de 2016, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 12 de abril de 2016.

#### **COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_  
Rosângela Marisa Tezzon: \_\_\_\_\_  
Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

#### **CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Poliseli: \_\_\_\_\_  
Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_  
Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_  
Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_  
Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

#### **CONSELHO FISCAL:**

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_  
Isvaldir Lopes Veigas: \_\_\_\_\_  
Izuméria Aparecida da Costa Prajo: \_\_\_\_\_

#### **DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_  
Rosângela Marisa Tezzon: \_\_\_\_\_  
Célia Maria Bassi: \_\_\_\_\_

